

Juros do crédito devem manter-se estáveis

Quando a nova CPMF entrar em vigor, as taxas básicas já devem estar mais baixas

Léa De Luca *
de São Paulo

O aumento da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF) e a incidência da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) sobre os resultados das instituições financeiras não devem provocar elevação nas taxas dos empréstimos. Mesmo assim, o custo vai aumentar para os consumidores que financiarem produtos de maior valor: "Os dois impostos incidem em cascata", lembrou Rafael Cardoso, diretor do Banco Sudameris e vice-presidente da Associação Brasileira das Empresas de Leasing (Abel).

No caso da Cofins, o tamanho do impacto ainda não está claro para os próprios bancos (ver matéria nesta página). E a nova alíquota da CPMF vai encarecer o custo de captação dos bancos, mas somente entrará em vigor em março. Até lá, o mercado

espera que as taxas de juros básicas, determinadas pelo próprio governo, estejam mais baixas do que hoje.

"O aumento do custo terá que ser digerido pelos próprios bancos. Ou eles apertam suas margens de ganho ou tentam compensar as perdas com ganhos de produtividade", disse Manoel de Oliveira Franco, presidente da Associação das Entidades de Crédito, Financiamento e Investimento (Acrefi). Os entrevistados foram unânimes em dizer que não há mais espaço para novas altas dos juros, que já estão excessivamente salgados — o que já vinha reduzindo muito o volume de negócios.

José Heraldo Raimundo, diretor da financeira do Unibanco, disse que vinha ganhando mercado nos últimos dias, depois que alguns concorrentes deixaram os financiamentos de automóveis. Mas ele já conta com uma redução nos negócios, ainda que apenas por conta das expec-

tativas pessimistas. A financeira não pretende elevar suas taxas, que estão atualmente em 3,27% ao mês, prefixadas, no Crédito Direto ao Consumidor (CDC) e em 2,23% ao mês, mais variação cambial, nas operações de leasing. Para ele, se o ajuste proposto pelo governo for aprovado pelo Congresso e for efetivamente implementado, os juros podem começar a cair logo. Edson Monteiro, superintendente de crédito para pessoas jurídicas do Banco do Brasil (BB), também não prevê aumento das taxas. Mas disse que será preciso aumentar a cautela na concessão de empréstimos, porque o aumento dos impostos pode deixar muitas empresas em dificuldades.

Ricardo Malcom, vice-presidente da Acrefi e diretor do Banco Malcom, disse que o aumento da CPMF deve encarecer a captação porque muitos pequenos e médios investidores vão transferir recursos dos

Certificados de Depósitos Bancários (CDB), que pagam CPMF a cada renovação, para os fundos de renda fixa. E os CDB são a principal fonte de captação dos bancos e financeiras. Raimundo, do Unibanco, lembra porém que a queda dos juros pode compensar esse efeito. "Aumento da CPMF é menos nocivo do que aumento dos juros", falou.

O presidente do BB, Paulo Cesar Ximenes, admitiu que a intermediação bancária será onerada com a extensão do Confins aos bancos, e que eles devem acompanhar a prática comum de mercado de repassar a elevação de custos aos produtos. Ele confia que o programa de estabilização faça o juro cair de fato para algo próximo a 21%, como prevê o governo, mas não arrisca dizer quando. "Depende da agilidade do Congresso na aprovação das medidas". ■

(* Colaborou Luiz Guimarães,
de Porto Alegre)